

**A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA E SUAS NUANCES:
REFLEXÕES E APONTAMENTOS DA DESTRUIÇÃO E DA MISÉRIA
DA RAZÃO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

William Fernando Camilo Queiroz

orcid.org/0000-0001-7914-547X
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
E-mail: will-camilo@hotmail.com

Resumo

Este artigo pretende fazer uma discussão acerca da Geografia e suas tendências estruturalistas como também, sugerir a designação dessas correntes na expressão, “*Miséria da Razão*”, teoria que foi formulada e elaborada por Carlos Nelson Coutinho, (1972), com base em, Gyorgy Lukács, (1954), na obra, “*Destruição da Razão*”, para assinalar a introdução, e, a, aceitação, do irracionalismo na Geografia. Assim, objetiva analisar, o empobrecimento agnóstico das categorias racionais na contemporaneidade, expressão do pensamento ideológico da burguesia em sua decadência e contrarrevolução, como também, suas afiliações, e, por fim, mostrar a incapacidade dentro de correntes do pensamento contemporâneo, de aceitar a razão dialética, a dimensão histórica, e, o humanismo. É resultado de leituras forçadas na disciplina, Metodologia Científica em Geografia: Método, Teoria e o Pensamento Geográfico, na FCT Unesp, campus de Presidente Prudente.

Palavras-chave: Geografia; Estruturalismo; Destruição & Miséria da Razão.

**THE BOURGEOIS IDEOLOGICAL DECADENCE AND THEIR
NUANCES: REFLECTIONS AND NOTES OF THE DESTRUCTION
AND THE MISERY OF THE REASON OF REASON IN
GEOGRAPHICAL SCIENCE**

Abstract

This article intends to do a discussion concerning the Geography and their tendencies structuralists and in this subject, to suggest the designation of those currents in the expression, "Misery of the Reason" formula and elaborated by Coutinho and captured of Lukács in the "Destruction of the Reason", to designate the irrationalism in these tendencies in the Geography. Like this, lens to analyze the agnostic impoverishment of the rational categories in the contemporaneity as expression of the ideological thought of the bourgeoisie in his/her decadence and their affiliations, unable to accept the reason dialectics, the historical dimension and the humanism.

Key Words: Geography; Structuralism; Destruction & Misery of Reason.

**LA DÉCADENCE IDÉOLOGIQUE BORGEOIS ET SES NUANCES:
RÉFLEXIONS ET POINTS DE DESTRUCTION ET MISERIE DE
RAISON DE LA SCIENCE GÉOGRAPHIQUE**

Résumé

Cet article a pour but de discuter de la géographie et de ses tendances structuralistes et de suggérer la désignation de ces courants dans l'expression "Misery of Reason", théorie formulée et élaborée par Carlos Nelson Coutinho (1972), fondée sur Gyorgy. Lukács, (1954), dans l'ouvrage "Destruction of Reason", pour marquer l'introduction

et l'acceptation de l'irrationalisme en géographie. Il s'agit donc d'analyser l'appauvrissement agnostique des catégories rationnelles à l'époque contemporaine, d'exprimer la pensée idéologique de la bourgeoisie dans sa décadence et sa contre-révolution, ainsi que ses affiliations, et enfin de montrer l'incapacité dans les courants de la pensée contemporaine à accepter raison dialectique, dimension historique et humanisme. C'est le résultat de lectures forgées dans la discipline, Méthodologie scientifique en géographie: méthode, théorie et pensée géographique, au FCT Unesp, campus de Presidente Prudente.

Mots-clés: Géographie; Le structuralisme; Destruction et misère de la raison.

Introdução

Sobre a decadência ideológica da burguesia com seus contrastes filosóficos e suas consequências sociais, Marx delineou seus primeiros impactos, pois, explicava que a burguesia não conseguiria sustentar por um longo período histórico, os ideais de revolução e progresso, -nascidos com o suporte na utilização da razão-, para a maioria dos indivíduos, e que, “todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civilização, que os deuses que ela havia criado apostataram dela”, ou seja, tinham o, abandonado (MARX, 2011, p. 80).

A burguesia compreendeu que a sua filosofia progressista, e, os anseios democratizados a uma ampla maioria de indivíduos, que a própria carrega e defende se voltou contra ela mesma, portanto, os burgueses, a sua filosofia, a sua ideologia, criaram armas contra a sua própria classe. Assim, as suas ambições, rebelavam-se contra seus próprios grupos, e, agora, ameaçam e colocam em xeque, sua favorável sociedade, desse modo, precisavam, de modo gradual, mudar sua postura filosófica, para interromper esses níveis de interrupção e questionamento da sua ordem.

No entanto, coube a Lukács, (1983[1954]), nas intimidades dessa decadência burguesa, construir no plano filosófico, sobre o fio condutor de Marx, a explicação de como a classe dominante burguesa se comportaria agora, em sua fase de regressão, portanto, de abandono de seus ideais progressistas. Desse modo, Lukács, estabelece o conceito de *Destruição da Razão*, para indicar, que a filosofia burguesa, na sua tendência contemporânea, tende a eliminar gradualmente o uso da razão, com o objetivo de fechar a realidade social, pois, sobre o uso dela, se desenvolveu perspectivas de mudanças sociais e revoluções.

Portanto, com medo do movimento revolucionário de 1848, o pensamento filosófico burguês interrompe seu ciclo revolucionário -de uso da razão- e faz a opção por

uma posição de manutenção e conservação da ordem social, ou seja, a burguesia abandona seu projeto revolucionário e da razão como guia do saber científico. Gradualmente, e, ao longo desses séculos, entre metade do XIX e do século XX, foi abandonando lentamente o uso da razão como guia da ciência, e colocando em seu lugar, formas de incognoscibilidade.

A origem do abandono da razão, segundo Lukács, (1983[1954]), (1967), seguindo as perspectivas de Marx, vê em 1848, um movimento de regressão e inflexão e desvio do pensamento filosófico da burguesia progressista. Seu caminho ao projeto conservador revela-se teoricamente, entre outras consequências, na negação da superação da ordem, no esvaziamento da razão e no irracionalismo, como guia filosófico de autoajuda do sistema do capital. Portanto, o pensamento funcional da ordem burguesa, agora, é de postura irracionalista.

Com graves consequências para a humanidade, tal postura de classe, faz prolongar o abandono da razão, inaugurando, um período de forte crise planetária em todos os sentidos, que deriva entre outras causas, substancialmente de resultados de postura irracionalista. Se a razão não levou a humanidade a nada, como defende alguns grupos, mesmo de esquerda, a irracionalidade implantada pelos defensores da ordem burguesa, como prioridade de permanência social, irresponsavelmente, aprofunda e agoniza o estranhamento humano, trazendo forte sequelas para a materialidade social.

Conservadora, a burguesia¹ e o homem burguês, portanto, negam a razão. Diante dos perigos dos movimentos revolucionários que a mesma tende a levar, pois, a razão permite aprofundar o entendimento das engrenagens ossificadas pelo capital, e, portanto, a clareza de mudança necessária, os ideais, antes de glorificação da revolução, se encaram num “fim da história” ou pior, em um presente perpétuo.

Deste modo, escondendo a razão para a classe trabalhadora, e, portanto, negando a apreensão da realidade social pelo conhecimento, transformaram a realidade objetiva capitalista, em um mundo relativo, reduzindo sua objetividade e as perspectivas de seu entendimento.

Foi Carlos Nelson Coutinho, em 1972, sob os pilares de Marx e Lukács, que construiu o conceito de *Miséria da Razão*, no Livro, *Estruturalismo e Miséria da Razão*, para

¹ Usamos a expressão de Leandro Konder, (2000), quando tratamos da burguesia e do homem fruto dessa sociedade. Não reduzimos o burguês a uma classe, como figura sociológica bem definida, pois, a marca de sua influência sobre a sociedade se torna reduzida e menos perceptível. Preferimos, o tipo humano burguês, que, no exercício de sua hegemonia, promove a sociedade capitalista atual. Ver, KONDER, L. **Os sofrimentos do Homem Burguês**. São Paulo: editora SENAC, 2000.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 14, v. 07, p. 28-50, mês dez. Ano 2019.

assinalar o aprofundamento da decadência da sociedade burguesa, pois, se na destruição da razão existe o abandono da razão, na miséria, finge-se, usá-la, camufla-se, e, esconde-se o núcleo irracional da ciência contemporânea, sob a falsa luz da condução da razão. Portanto, se destruir a razão, é não usá-la, no sentido atribuído de Lukács, na filosofia burguesa, na miséria da razão, na etapa atual, é fingir, é, aproveitar-se da razão, pelo modelo irracional, como pensado por Carlos Nelson.

Neste sentido, apresenta-se o estruturalismo como um dos resultados dessa filosofia decadente. O estruturalismo tornou-se um dos temas dominantes na cultura moderna (COUTINHO, 1972, p. 1). O estruturalismo se apresenta como método rigoroso e científico, capaz de superar o irracionalismo existencialista, e, o suposto marxismo humanista da época (COUTINHO, 1972). Essa corrente, conquistou rapidamente adeptos no mundo todo, e, no Brasil não foi diferente, como aponta Coutinho, (1972, p. 1) “no Brasil sua influência foi até mais intensa, sobretudo a partir de 1968”.

O estruturalismo é uma teoria que se desenvolveu nas ciências sociais a partir da década de 1960, exatamente na segunda metade do século XX. Pode-se considerar o estruturalismo como uma das principais correntes de pensamento no século XX, sobretudo, se considerarmos a influência do método estruturalista nas ciências humanas.

No estruturalismo, nasce uma justificativa que o século anterior, o século XIX, trabalhou incessantemente na categoria da história gerando frutos consideráveis, como o existencialismo de Heidegger e o humanismo marxista de Sartre, nessa época desenvolveram-se nas ciências “supercategorias” como a existência, a práxis, a valorização do humanismo, e, do progresso, e, que isso, portanto, eram teorias altamente abstratas e contaminadas ideologicamente, assim sendo, era o momento de “uma nova realidade, uma nova revolução cultural” (LEPARGNEUR, 1972, p. 4).

Sua origem remonta a ciência linguística e é incorporada nas ciências sociais como um todo, influenciadas inicialmente por estruturalistas franceses, hora de forma mais intensa ou com menor intensidade, onde, podemos ver os seus resultados nas diversas interpretações das humanidades, nas ciências; História, Sociologia, Filosofia e na Geografia como veremos.

A razão na filosofia burguesa

Segundo, Coutinho, (1972, p. 7), na história da filosofia burguesa, é possível discernir duas grandes etapas do pensamento filosófico de modo muito nítido em seus objetivos. Partindo dessas considerações, seria talvez, necessário delimitar a grosso modo, os principais períodos da filosofia burguesa, a fim de poder melhor examinar, e, em seguida, compreender, auxiliando-nos deste conjunto resumido de ideais, as características essenciais da filosofia burguesa no decorrer da conjuntura progressista até a miséria da razão.

A primeira fase da filosofia burguesa vai dos pensadores Renascentistas a Hegel, progressistas, orientados na racionalidade humanista e na dialética. A tradição progressista, ou clássica, foi o primeiro período da filosofia, que vai, até no máximo, 1848, (LUKÁCS, 1983[1954], p. 31), (COUTINHO, 1972, p. 11), momento marcado por um pensamento humano que buscava o desenvolvimento social, o progresso humano em vários sentidos e consideravam a racionalidade do real como aberto a nossa compreensão.

A segunda, segue-se por volta de 1830-1848, é assinalada por um abandono mais ou menos completo das conquistas anteriores, principalmente do humanismo, do historicismo e da razão. Portanto, como veremos, passamos por uma fase na filosofia, e, portanto, do pensamento humano em larga escala, que vai da destruição da razão para seu estágio atual, de miséria. No entanto, por enquanto, apresentamos o núcleo da filosofia burguesa progressista:

O humanismo, a teoria que o homem é produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o historicismo concreto, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a razão dialética, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade [...], e aqueles das categorias capazes de aprender subjetivamente essa racionalidade objetiva,[...] Superando o imediatismo (intuição) (COUTINHO, 1972, p. 14).

O humanismo² é o conjunto, ou, sistema de normas que orienta a busca da verdade e da justiça. Com o humanismo eleva-se a uma combinação de responsabilidade

² O humanismo, para nós, possui caráter ético-sociológico, isto é, um humanismo que visa tornar-se realidade, costume e vivência social. Uma doutrina que atribui ao homem a sua realização social, na história, que seja, não só teoria, mas também, práxis. Não um humanismo estéril, puramente teórico, pois corremos o risco de defender uma forma de humanismo metafísico. Ver; NOGARE, P. **Humanismo e anti-** *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 14, v. 07, p. 28-50, mês dez. Ano 2019.*

social com a busca de universalismo para a humanidade, evitando assim, que o sentido da sociedade e suas práticas prejudiquem a maioria das pessoas. No entanto, podemos afirmar que o sentido inicial humanista beneficiou determinados grupos sociais em detrimento da maioria.

Entretanto, apesar de sua crítica, podemos observar que em lugar do humanismo e da procura de seu aperfeiçoamento como motor do desenvolvimento societário universal, na busca de uma humanidade plena, procurando evitar a barbárie como sentido, o Humanismo foi abandonado de forma proposital, como contrarrevolução burguesa, em resposta aos anseios do proletariado, pois, acenavam historicamente pelas ambições e pela revolução e, pelo seu lugar revolucionário na história.

Portanto, “na época que a burguesia era porta-voz do progresso social” (idem, p, 7), seus representantes consideravam e proclamavam a universalidade dos valores filosóficos básicos para toda a humanidade – lucidez, coerência e verdade -, bem como dos valores sociais da Revolução Francesa de 1789, a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Nesse momento, a burguesia encarnou os ideais de progresso para toda a sociedade e os seus pensadores sustentavam a plena cognoscibilidade do mundo.

No entanto, contra o humanismo, foi sendo posto em seu lugar, teorias e modelos de sistema, de sociedade que são conservadores e reacionários, uma vez que elas defendem interesses individualistas e de classe explicitamente. Como aponta Coutinho, (1972, p. 8), “Ao torna-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade”.

No período progressista de sua filosofia o capitalismo exigia por parte de seus pensadores e obrigava-os que se mostrasse uma ciência de compreensão da realidade, que a compreendia como possibilidade para o desenvolvimento, a história como concreta, e em constante evolução. Deste modo, neste momento, (idem, p. 11) “A compreensão do real

humanismo. São Paulo, Herder, 1972. O retorno ao humanismo deve ser questão principal da filosofia contemporânea. O seu abandono produz graves consequências para a humanidade. Não devemos confundilo com metafísica, ou seja, devemos buscar as condições do que poderia ser um humanismo não-metafísico, atrelado a práxis e longe de interpretações ingênuas que transformaram o humanismo em inimigo dos homens. Ver; FERRY, LUC E RENAUT. **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo.** São Paulo: Ensaio, 1985. É evidente que não se trata de recuperar o velho humanismo. Trata-se, de reconhecer e refundar o humanismo em novas bases, portanto, de buscar outro humanismo depurado de ideologias irracionais. Estamos em busca da “construção de um humanismo histórico, do possível”, (DOSSE, 2018, p. 32).

como totalidade submetida a leis e a afirmação da historicidade dos processos objetivos são momentos determinantes na nova racionalidade em elaboração”.

Segundo, Carlos Nelson, (COUTINHO, 1972) as categorias que resumem essa fase progressistas da filosofia burguesa, são, a) o humanismo, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história, b) o historicismo, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do melhoramento da espécie humana, e por fim, c) a razão dialética, de um racionalidade objetiva e das categorias capazes de aprender subjetivamente essa racionalidade.

Encerrada a primeira fase da filosofia burguesa, ancorada na razão, revolucionária em todos os sentidos, progressistas para os indivíduos, vemos um abandono de seus traços universalistas e uma busca de negar as suas realizações mais evidentes e de sucesso.

O segundo momento, da filosofia burguesa ocorre, por volta de 1830-1848, onde “é assinalado por uma progressiva **decadência, pelo abandono** mais ou menos completo das conquistas do período anterior, **algumas definitivas para a humanidade**” (idem, p. 7, grifo nosso). Como afirma, Netto, (1978), é neste contexto, que a burguesia passa a ser conservadora e a proteger seus interesses de classe, pois, “com a entrada autônoma do proletariado na cena política, a burguesia passa à defensiva: não mais assumindo os valores universais da sociedade, mas somente expressando os seus mesquinhos interesses particulares”, (NETTO, 1978, p. 17).

As revoluções do momento, “deveriam ter sido revoluções burguesas, mas a burguesia fugiu delas”, (HOBSBAWM, 2001, p. 47), a burguesia como um todo preferiu a estabilidade, o conforto, a harmonia de sua sociedade, ao perigo da revolução dos trabalhadores. Assim, os que fizeram a revolução foram os mais pobres. Dentro deste contexto, surge, o *Manifesto comunista*, que somado a essa “onda” revolucionária assustou os burgueses liberais, obrigando-os a renunciarem os seus próprios anseios, defendidos anteriormente. Portanto, de agora em diante, reinava no espírito burguês as “forças do conservadorismo do privilegio e da riqueza” (idem, p. 48) que deveriam presentemente, defender-se de todas as formas, e, isso do ponto de vista filosófico, resulta em reacionarismo e a filosofia da decadência.

Assim, 1848³ não foi apenas um período de revoluções que fracassaram na Europa. Podemos situar suas consequências, suas heranças, e, apesar de não ter provocado grandes mudanças, como desejavam os revolucionários, os acontecimentos da “primavera dos povos”, possuem grandes implicações para o próximo período e, que, no entanto, seus efeitos, não facilmente definíveis, são profundos para a humanidade e para o desenvolvimento da ciência.

A partir desse período, nas colocações de Coutinho, (1972), “as contradições capitalistas tornaram-se explosivas; [...] o proletariado surge na história como força social autônoma, capaz de resolver em sentido progressista os limites e antinomias do sistema capitalista” (COUTINHO, 1972, p. 22). Portanto, de pensamento revolucionário, passamos ao discurso de justificação do sistema, a filosofia burguesa transforma o pensamento humano em um pensamento imediatista e preocupado com as aparências.

Neste momento, há uma grande transformação nas ciências, que passam a encarar a razão com ceticismo cada vez maior, ou seja, caem numa fase de regressividade, de decadência e de abandono dos ideias burgueses da primeira fase, portanto, marcados agora pelas perdas progressistas da razão como guia da humanidade e, dessa maneira, invertendo os fatores de progresso humano, a um movimento que prolonga e aprofunda a alienação e o estranhamento para a maioria da humanidade.

A razão teve um papel importantíssimo na construção do mundo. Principalmente no auge do pensamento burguês, a tarefa ideológica da razão foi conquistar a realidade por uma razão de forma explicitada em todas as suas possibilidades de entendimento do mundo. Deste modo, a tarefa da burguesia consistiu em afirmar que através da razão somos capazes de transformar o mundo, que somos capazes de apreender o real através de nossos pensamentos. Portanto, acreditava-se em uma proposição que afirmava claramente a subordinação da realidade a um sistema de leis racionais, capazes de compreender a realidade social, suas contradições e mazelas criadas pelo capitalismo.

³ Sobre 1848, e seus efeitos, Hobsbawm (2001, p. 28) “mas nunca houve uma que se tivesse espalhado tão rápida e amplamente, alastrando-se como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos”, “em poucas semanas, nenhum governo ficou de pé numa área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez estados [...]”, “além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil)”[...] “Não fosse sua ocorrência e o medo de sua ocorrência, a história da Europa nos 25 anos seguintes teria sido muito diferente” [...] “Era a “primavera dos povos”- e, como primavera, não durou”, Ver; HOBBSAWM, ERIC. **A era do capital 1848-1875**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 14, v. 07, p. 28-50, mês dez. Ano 2019.

No entanto, na segunda fase do pensamento burguês, passa a existir a pretensão, em negar o papel da razão no conhecimento e da transformação da sociedade. O período de abandono da razão é marcado pelas intensas revoltas da classe trabalhadora que com o suporte filosófico do Iluminismo, da propagação do progresso, da evolução da sociedade, passam a utilizar da razão como instrumento emancipatório. Neste momento, o proletariado surge como força, como classe, imbuída dos suportes ideológicos gerados pelo capitalismo do período e, portanto, ameaçada, a classe burguesa, regride e abandona o uso da razão.

As modificações por que passa o original projeto filosófico burguês são notáveis: a crença no poder da razão transforma em agnosticismo (manifesto quer no positivismo, quer no neokantismo) e a reflexão abandona as grandes temáticas sócio históricas para converter-se em «guarda-fronteiras» das ciências: o seu papel limita-se à vigilância «para que ninguém ouse tirar das ciências económicas e sociais conclusões que poderiam desacreditar o sistema» (NETTO, 1978 p. 18).

O novo cogito implantado pela tradição reacionária existencialista ou fenomenológico, é feito por um fechamento da realidade e, portanto, ponto de partida para o irracionalismo, entre subjetividade e objetividade, sempre negando e limitando a apreensão do conhecimento da realidade social pela nossa razão. Começa-se a dizer através de diversos meios que a razão é limitada, e, é negado a ela, um papel importante, nesta nova conjuntura.

Logo, para acabar com os anseios de outros grupos humanos de querer mudar a história, e, impor novos rumos a ela, e, portanto, com medo de uma nova revolução, vemos um rompimento com essa tradição baseada na razão, progressista e humanista. Assim sendo, em seu lugar, foram gradualmente colocados elementos filosóficos fetichizados, pois, negam a história, a contradição do tecido social e a sua inteligibilidade pela humanidade, portanto, negam a possibilidade de uma nova revolução social.

Por outro lado, se existe o abandono de categorias progressistas são colocadas outras em seu lugar. Ao invés do Humanismo, surge um individualismo exacerbado que nega a socialidade do homem, em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou, uma apologia da positividade, que transforma a realidade a história real e concreta em algo superficial ou irracional, em lugar da razão dialética vemos o nascimento do irracionalismo e um conjunto de agnosticismo decorrentes da limitação desta nova fase.

A crise filosófica burguesa manifesta-se, agora, através da premente necessidade de uma ideologia, que se estrutura em torno do *irracionalismo*. Esse irracionalismo possui a tendência em acreditar que os desastres atuais de nossa sociedade possuem parâmetros com a razão. Nesta tendência se inverte as proposições do real, não é a realidade condicionada por decisões humanas que cria as condições de existência precária para a maioria dos indivíduos, dentro dessa premissa, é antes, a razão humana que orienta para práticas desumanas, nas palavras de Netto, “É a razão moderna, de extração ilustrada, que o pensamento pós-moderno atribui a hipoteca da destruição da natureza e da servidão contemporânea dos homens e mulheres” (NETTO, 2010, p. 266).

Portanto, dentro desta perspectiva, os problemas sociais e humanos, não possuem caráter com o capitalismo e sua lógica interna. Essa é premissa do irracionalismo. Nestas correntes algo em comum povoa os espíritos, um certo nietzschianismo, que radicaliza a crise da razão associando esta ao poder, e, as desgraças da história do último século. Portanto, “a pior forma de irracionalismo é aquela que desconhece as fraquezas da própria razão” (ZAIDAN, 1989, p. 17).

Esse irracionalismo, portanto, desvia a culpa do fracasso do sistema, em uma guia de interpretações que visam atacar a capacidade da razão, que nos enganou e não pode cumprir com as suas promessas. A dissolução da razão carrega consigo e constrói um quadro de intocabilidade do sistema. As correntes irracionalistas fazem a crítica do capitalismo sempre deixando de lado as raízes do mal-estar, deste modo, o sistema do capital é intocável.

Portanto, as correntes irracionalistas fazem a crítica do capitalismo sempre deixando dela as raízes do mal-estar, ou seja, impedem o questionamento do sistema. Logo, conduzem o homem do capitalismo a se tornar uma condição humana geral e universal. Nesta aceitação passiva de aceitar o sistema capitalista, nasce e surge o existencialismo. Nas colocações de Netto, “o existencialismo se insere como manifestação típica do irracionalismo que, no final das contas, preparou ideologicamente a maré montante do nazi-fascismo” (NETTO, 1978 p. 20).

Como vimos, no decorrer do desenvolvimento do pensamento filosófico burguês, caminhamos da luz a escuridão, da afirmação da razão como potencialidade humana, para a sua negação, o irracionalismo. De uma utopia necessária de mudança e revolução para uma perpetuação do sistema. De uma crença no ser humano a um total abandono. Em suma, de

uma filosofia progressista para uma etapa da “filosofia da decadência” (COUTINHO, 1972).

Assim, portanto, não podemos deixar de dizer que o debate decisivo que passamos é entre razão e desrazão. Quando surge o século XX e com ele o aprofundamento da filosofia da decadência, da destruição e da miséria da razão, assistimos a uma denúncia da razão como operativa, de dominação e positiva, que resulta em um ataque, no uso da razão total, que gera uma espécie de “cruzada contra a razão *tout court*, a razão em Geral” (ZAIDAN, 1989, p. 16). Portanto, foi na crítica da modernidade, na sua superação como projeto humanitário, e o abandono de seus temas, (o progresso e o humanismo) que nasce o irracionalismo.

Estruturalismo e Existencialismo

Ao analisar o capitalismo Marx identificou períodos de crise e crescimento, em Hobsbawm, (2001), vemos que, “em ciência, assim como na sociedade, há períodos revolucionários e não revolucionários” (HOBSBAWM, 2001, p. 351). Diante desse processo, a consciência burguesa tende a operar de acordo com o sentimento da época, isto é, conforme o intervalo de tempo, a consciência filosófica se adapta, ou seja, transforma-se de acordo com as exigências e necessidades da fase as condições materiais e prepara o terreno e a atmosfera no plano teórico. Portanto, elabora as condicionantes espirituais, as expressões ideológicas e sentimentais para o período.

Esse “sentimento do mundo”, que é preparado propositadamente, estrategicamente pensado, não é o mundo, ou seja, é uma concepção ideológica, uma reação espontânea e sentimental diante das aparências dos processos reais. Por isso, nos confunde, e, portanto, deve ser combatido. Verifica-se, portanto, que de acordo com o período histórico, hora de progresso, hora de retrocesso, são elaboradas posições filosóficas (COUTINHO, 1972). Tomando essa ideia como fio condutor, verificamos que a filosofia da decadência assume, como suas formas do período, o irracionalismo como expressão de seus ideais que se espalha inicialmente com o existencialismo.

Na história do estruturalismo, Dosse, (2018, p. 11), divide o estruturalismo, em dois momentos importantes, o primeiro seria o do existencialismo, “o da ascensão gradual pela qual se impõe e se sobrepõe ao momento existencialista”, que surge no pós guerra, e vai até seu período máximo, em 1966, chamado, por Dosse, (idem) de “iluminista”,

podendo assim, ser identificado o existencialismo como a primeira fase do estruturalismo. Na expressão de Coutinho, (1972), o existencialismo é “A filosofia da Angustia”, portanto, podemos dizer que é a filosofia da agonia, da amargura e de um aborrecimento.

A atração ao Existencialismo é consequência e resposta da barbárie capitalista. No seu prefácio, de 1965, Adam Schaff, em *Existencialismo e Marxismo*, expõe que a fascinação e a recepção do existencialismo são explicadas pelo fato de que era a única filosofia, que parecia, concentrar-se nas indagações que surgiam no período. Ou seja, o existencialismo respondia as preocupações e as barbáries da sociedade capitalista e, deste modo, os problemas que o existencialismo buscava responder eram completamente aceitos e absorvidos pela atmosfera social do pós-guerra.

Portanto, existe uma ligação direta entre a guerra, o nazismo, o número expressivo de mortes causados pelo conflito e os questionamentos levantados pelo existencialismo, como justificativa, de sua absorção filosófica. Neste momento, a própria vida foi interrogada. A perda de confiança no sentido social, que o próprio capitalismo criou, como consequência de seu sistema e sua crise moral, política e social, explica a atração do existencialismo na Europa desde a segunda guerra mundial.

A guerra e o pós-guerra geraram uma atmosfera de depressão mental, de impotência dos indivíduos, quanto ao seu destino, e, portanto, gerou um irracionalismo que refletia um anseio de novas perguntas e respostas no período. Neste sentido, é perfeitamente compreensível o sucesso do existencialismo, no entanto, é com desgosto que o olhamos, pois, o capital anunciou em vários sentidos a barbárie que culminaria no seu estilo de vida e, do mesmo modo, criou uma resposta permissiva aos seus problemas, o existencialismo. As crises morais, políticas e os choques sociais de ascensão de uma nova ordem social induziram a uma preocupação com o indivíduo.

Portanto, arranjaram uma filosofia para justificativa do sistema, em um momento que sua justificativa era quase irracional. A razão sendo desrazão. O debate existencialista, não permitiu o questionamento do sistema, mas, no entanto, como mostra as origens do existencialismo e seu desenvolvimento, é a filosofia da pequena-burguesia intelectualizada, que é incapaz de sugerir, por motivos óbvios, a superação do sistema, a crítica profunda dos males da sociedade do capital, pois, como vimos, esta classe, tornou-se conservadora por essência e portanto, seus horizontes filosóficos se movem nesta apertada e sinuosa estrada de mesmo caminho, ou seja, nas limitações da ordem capitalista.

Desse modo, não é de se estranhar que a filosofia existencialista se exprime nas categorias deprimentes de angústia, do desespero, do nada, do medo, etc. A sedução pela aceitação existencial ocorreu em um momento que os marxistas estavam preocupados em buscar outras respostas. Neste momento, a tradição do pensamento marxista estava debruçada sobre o socialismo e sobre a revolução social. Portanto, colocou-se de lado dentro do marxismo as questões relacionadas com o indivíduo e seus problemas específicos.

Para o existencialismo o indivíduo é visto “isolado, solitário e trágico na luta insensata com as forças estranhas do mundo que o cerca” (SCHAFF, 1965, p. 25). O indivíduo no existencialismo guarda uma contradição insolúvel, pois, apesar de ser visto como soberano e livre, para tomar suas decisões, independentemente de qualquer outra coisa, esse mesmo indivíduo, é visto como indefeso e trágico, em uma vida que sempre resultaria para um destino infeliz. Portanto, a contradição interna do conceito de indivíduo no existencialismo é o caráter subjetivista da pessoa, e do mesmo modo, uma objetificação do destino humano, independentemente do que o faça de sua vida, está fadada ao fracasso.

Subjetivista e ao mesmo tempo objetificado é o indivíduo do existencialismo. Devemos rejeitar a tese de que o indivíduo está condenado a solidão e conseqüentemente ao desespero, de seu destino infeliz, a um futuro trágico, devemos lembrar que esse é o caminho da nossa existência sob as artimanhas da mercadoria, de um caminho de subserviência ao capital, que retira do horizonte da nossa humanidade, qualquer tentativa de um projeto de sociedade fora dessas características.

Portanto, o indivíduo existencialista é o indivíduo capitalista, burguês, e suas reflexões são a defesa implícita desta condição. Com medo e receio dessa sociedade, produzida por ele mesmo, se não tomar cuidado ideológicos, pode ceder lugar a uma nova sociedade, logo, cria caminhos de reflexões condizentes com o quadro de insanidade e irracionalismo que criou, por isso encontramos presentes nas suas escolhas filosóficas o existencialismo, justamente para defender e obscurantizar, ou seja, camuflar para a humanidade novas possibilidades filosóficas.

Do mesmo modo, o existencialismo retira a história, e, conseqüentemente separa o indivíduo do social, por isso, os existencialistas promovem a intensificação do homem capitalista, pois, fecham o horizonte de uma nova possibilidade de sociedade, e apresentam o presente e o futuro, como sem conseqüência das ações humanas, portanto, fadado ao

fracasso. Os existencialistas criaram a “filosofia do desespero” que é “um humanismo ao inverso, é em essência a moralidade amoral, o humanismo desumanizado” (SCHAFF, 1965, p. 30).

Georg Lukács, 1967, em *Existencialismo ou Marxismo*, também expõe as bases que sustentam essa filosofia. O autor esclarece o existencialismo como um estágio do imperialismo, e, que, os problemas levantados pelo existencialismo, como o da personalidade e da liberdade, respondem a interesses instintos e imediatos da classe burguesa, pois, levantadas essas questões, perdem-se de foco e horizonte, o pano de fundo da tragédia humana que o capitalismo tem transmitido sobre a personalidade dos indivíduos, e, joga-o no campo da individualidade existencial. Ancorada, pois, na perspectiva de uma desigualdade natural e que em seu poder de exploração está contido as ideias de liberdade e na individualização do indivíduo, o existencialismo é para Lukács, “o cume da evolução burguesa” (LUKÁCS, 1967, p. 20).

No plano da ideologia o existencialismo é o caos espiritual e moral da inteligência burguesa (idem, p. 21), oferece-nos uma representação completamente falsa da realidade social, pois, limita a análise do social ao exame superficial diretamente perceptível da realidade. No entanto, é de interesse vital para o sistema não reconhecer as contradições da realidade, e, também que sua reflexão de moda, não chegue até as profundezas e raízes dessas contradições.

Para um estágio rico em contradições colocamos uma maneira de amenizar as reflexões sobre essas incoerências com discussões narcisistas. Assim, desviamos o foco. Enfim, retiramos das reflexões os problemas filosóficos fundamentais para aquela época, e colocamos em seu lugar uma ruptura entre a realidade e suas interpretações. Portanto, quanto mais contradições sociais e incoerências, é mais nítida uma ruptura cada vez maior, entre o pensamento filosófico e a realidade social.

O capitalismo criou um quadro interessante, que sem cuidado passa-se como original e capaz de explicar os nossos anseios. O estruturalismo nesta primeira fase, existencialista, surgiu em um momento indefeso e trágico do capital, pois, as guerras mancharam o modelo liberal e a tragédia capitalista poderia trazer uma “nova” reflexão histórica e filosófica para um novo mundo, ou pior, desembocar nas origens e nas raízes da incompatibilidade do capitalismo e da humanidade, no entanto, “surgiu” o existencialismo,

onde abafaram e esconderam as reais causas, promovendo a continuação do sistema capitalista pelo sentimento e as explicações filosóficas da existência.

O Estruturalismo e a Geografia

Concluimos que no momento em que a filosofia estruturalista se estabelece enquanto abordagem científica aos estudos da sociedade, se utilizando de protótipos mentais (sistemas e modelos), ela se ocupa “em ‘estruturar’ a sociedade moderna para conservar sua ordem”, comportando-se como uma “ideologia do status quo”. (ARRUDA, 2015, p. 10)

Veremos que a Geografia percorreu percurso comparável ao estruturalismo. Dessa maneira, a ciência geográfica sofreu grandes mudanças no último século e as transformações que ocorreram em seu interior não podem estar desvinculadas das alterações nos modos de produção e suas estratégias de conformação, portanto, de uma participação central na miséria da razão.

Como já evidenciamos trata-se de compreender que o estruturalismo se apresenta como uma das principais abordagens filosóficas do último século, tanto Carlos Nelson (1972), como, Lepargneur (1972) e Dosse (2018) apontam sobre essa afirmação. Portanto, vamos inicialmente confrontar algumas definições do termo para termos o mais claro possível do que se trata o estruturalismo, para depois, observamos suas influencias no saber Geográfico.

Lepargneur, (1972) em *Introdução aos estruturalismos*, nos apresenta algumas definições do termo (1972, p. 4) quando na busca de explicação sobre o estruturalismo e seu espírito metodológico, assim escreve, “basta lembrar sua formulação clássica: uma estrutura é um conjunto de elementos entre os quais existem relações, de forma que toda modificação de um elemento ou de uma relação acarreta a modificação dos outros elementos e relações”.

Os objetivos do estruturalismo, segundo o autor, (idem, p. 5, grifo nosso) repousam em buscar “**estruturas inteligíveis** que expliquem certo funcionamento, isso num campo que se relaciona com a atividade humana”, na espera que se chegue em estágio mais audacioso da tradição estruturalista, “seria chegar a uma gramática geral do conhecimento humano [...] que **reuniria não só as leis de nosso modo de pensar**, mas também as leis de aparecimento e desenvolvimento dos fenômenos culturais ou naturais”.

Sobre o período anterior ao método estruturalista, o século XIX condenado como ideológico, profético, histórico de grandes narrativas, o autor trata de esclarecer que com o estruturalismo isso já não é um problema, segundo Lepargneur, portanto, para justificá-lo no tempo presente, faz uma defesa do estruturalismo como não ideológico, “isto é, quer explicar um sistema **a partir de suas leis imanentes** e não em referência a um conjunto maior, suposto definido” (LEPARGNEUR, 1972, p. 10 grifo nosso)

Buscando sua defesa, (idem, p. 11, grifo nosso), o estruturalismo não é profecia, não é existencialista, pelo contrário, dessa forma, os objetivos do estruturalismo não são diferentes da filosofia clássica, no entanto, o que difere entre ambos são apenas, “o caminho, o vocabulário os métodos”. O estruturalismo, portanto, “acredita numa álgebra de relacionamentos, **cujas conclusões poderiam ser empiricamente controláveis**”.

Para Coutinho (1972), em o *Estruturalismo e a Miséria da Razão*, o estruturalismo “consiste, essencialmente na afirmação de que – sendo a realidade social um conjunto de sistemas simbólicos ou de formas de comunicação – o método capaz de torna-la inteligível é aquele próprio da linguística moderna” (COUTINHO, 1972, p. 64). Do mesmo modo, Lepargneur, (1972, p. 4), assim o descreve, “Chamamos “estruturalismos” os esforços de aplicação (ou de elaboração) de métodos originalmente concebidos em Linguística”.

Para o autor, o estruturalismo é uma corrente dominante da ideologia burguesa que renuncia a tarefa ideológica anterior, da filosofia progressista, portanto, é a ideologia do mundo manipulado, “uma ideologia que generaliza na teoria aquilo que as novas formas do capitalismo tentam generalizar na prática: a completa subordinação do todo à manipulação tecnológica” (idem, p. 62).

Sua gênese histórico filosófica indica duas condições gerais, por um lado, sua ligação com o agnosticismo da miséria da razão, e, por outro lado, de condições históricas do capitalismo manipulatório. No conceito de estrutura e no estruturalismo, vimos “não apenas uma redução da Razão ao intelecto formal, mas igualmente uma subordinação idealista da práxis humana- da realidade social- às regras espirituais” (idem, p, 90).

Para Dosse (2018), o estruturalismo não é apenas um método de pesquisa, é, “um movimento de pensamento, uma nova forma de relação com o mundo, muito mais amplo do que um simples método” (DOSSE, p. 16). Entre seus objetivos de estudo destacam-se, “o signo à custa do sentido; o espaço, á do tempo; o objeto, á do sujeito; a relação, á do conteúdo; e a cultura a custa da natureza” (idem).

Para ambos os autores, (COUTINHO, 1972), (LEPAGNEUR, 1972), e (DOSSE, 2018), a inspiração do estruturalismo e seus estudos nascem da Linguística saussuriana. Para ter acesso as principais abordagens do período necessitamos procurar alguns núcleos comuns que revelem as matrizes dessa abordagem. Vamos, portanto, resumidamente a algumas dessas ideias, para entender como funciona o estruturalismo.

Em *História do Estruturalismo*, Dosse (2018) expõem os principais objetivos do estruturalismo, deste modo, os seus principais conceitos objetivam que a ciências humanas devem estudar apenas, “os sistemas formais”, portanto, nada de conteúdos que privilegiam noções e significados das coisas, apenas relações, excluindo, assim, as substâncias e as qualidades das situações estudadas.

A outra ideia é de “privilegiar a dimensão sincrônica dos fenômenos”. Ou seja, na sociedade existe um simultâneo, portanto, traz o sentido de tudo pertencer a uma mesma época. Assim sendo, a “história está relacionada com sincronia”, dito de outro modo, ela é apenas própria daquilo que acontece, dessa maneira, retira-se da história a sua relação entre si com causas do passado. Por fim, acreditam os estruturalistas, na “independência da fala em relação ao sujeito”, portanto, assumem a tendência em determinismos e na eliminação do sujeito.

As razões de sucesso do estruturalismo estão no fato de que “o estruturalismo se apresentou como um método rigoroso que podia trazer esperanças a respeito de certos progressos decisivos no rumo da ciência” (DOSSE, 2018, p. 25). O seu triunfo foi marcado em um contexto histórico particular por uma temporalidade moderada. Neste contexto houve um formidável desenvolvimento das ciências sociais e também, é neste momento que a linguística desempenha a função de ciência que orienta a os passos da aquisição científica (DOSSE, 2018, p. 26).

Para Dosse (2018, p. 27), os principais representantes do estruturalismo, são: Michel Foucault, Louis Althusser, Roland Barthes, Jacques Lacan e o pai de todos eles, Claude Lévi-Strauss. Cabe ainda explicarmos, qual a origem do termo estruturalismo? Assim sendo, vamos a sua origem, que é derivada de estrutura (estrutura em Latim, do verbo *struere*) (DOSSE, 2018, p. 28) a palavra estrutura teve no começo, apenas um sentido arquitetural. A estrutura significa, “conjunto de elementos que formam um sistema, um todo ordenado de acordo com certos princípios fundamentais” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 96).

Nos séculos XVII-XVIII, o sentido de estrutura passa por analogia aos seres vivos e dessa forma, o termo assume uma abordagem da “descrição da maneira como as partes integrantes de um ser concreto se organizam numa totalidade” (DOSSE, 2018, p. 28). Podemos dizer, no entanto, que sua abordagem moderna na escala de todas as ciências humanas nasce da linguística de Saussure. Entretanto, é apenas com a Escola de Praga (Trubetzkov e Jakobson) que vai ser difundido os termos estrutura e estruturalismo, (idem, p. 29).

O conjunto de correntes que caracterizou a Geografia neste momento de formação da decadência ideológica burguesa e da sua aproximação com o estruturalismo pode ser buscado e compreendido, a nosso ver, em duas fases, que apesar de distintas, se auto alimentam, e produzem diretamente, o aprofundamento da decadência ideológica burguesa, e, nutrem também, através da Geografia, a destruição, e, a miséria da razão.

Assim, a primeira fase, consiste no período, do final do século XIX, por volta, de 1870, até aproximadamente 1950, no momento em que a Geografia se institucionaliza na Universidade, e passa a ser considerada uma ciência social, e, a segunda, na década de 1970, com várias ramificações. No entanto, escapa aos limites deste artigo as referências e os desdobramentos referentes ao segundo período, no interior do campo estruturalista da Geografia, a partir da década de 1970. Importa, porém, sublinhar que se produzirmos um artigo do segundo período de 1970 em diante encontraremos um aprofundamento da miséria da razão.

Portanto, assim sendo, neste artigo, diante de nossas possibilidades, vamos nos limitar na primeira fase, para talvez, em outra oportunidade apresentar o estruturalismo na etapa seguinte de 1970 em diante.

Nesta primeira fase, a noção de sistemas e modelos obteve um êxito crescente, assim, também, como a compreensão de estruturas. Nas circunstâncias de constituição das ciências humanas, na virada do século XIX para o XX, é reconhecido que neste momento a Geografia buscou a construções de leis gerais para a explicação do todo social, o que era um elemento muito comum no cenário científico. Na Geografia, essa fase é popularmente conhecida como Geografia tradicional, ou, Geografia clássica.

Capel, (2012), escreve sobre a exposição da Geografia neste período e sua influência marcadamente aproximada do positivismo, escrevendo sobre esse método e concepção de mundo, “La expresión -positivo- es usada em todos estos casos como

sinónimo de empírico. Pero el positivismo del siglo XIX es algo más que eso [...] Es, a la vez, una metodología científica y una Concepción filosófica del mundo y de la ciência” (CAPEL, 2012, p. 249).

O positivismo pode ser definido como um método científico e como uma concepção filosófica do mundo. Como método, o destaque está em ser, um empirismo indutivo, e, um racionalismo antimetafísico. Como visão de mundo, está no reconhecimento de que só existe a possibilidade de conhecimento superficial das coisas e não de suas essências. Sobre esta influência repousa o impacto do evolucionismo, da obra de Darwin, e dos primeiros criadores da ecologia biológica

A Geografia foi largamente considerada “uma ciência do domínio da razão prática” (ANDRADE, 1992, p. 47). Sobre as bases do positivismo, será lançado o patamar, sobre o pensamento geográfico tradicional, que está na compreensão de um modelo, na busca de uma amostra padrão, de um exemplo a ser seguido por todos nas explicações sociais, que resultou na construção de uma abstração da realidade, ou seja, em uma dedução mental, em uma indução, portanto, numa redução da realidade concreta para o mundo dos sentidos, indo ao encontro com Lukács, (1983), pelo “desprezo do entendimento e da razão, a glorificação suave e plena da intuição, a teoria aristocrática do conhecimento (LUKÁCS, 1983, p. 9).

Neste sentido, as palavras de ordem são descrição, observação e classificação, ou seja, na razão prática. Portanto, sua base é a observação, que mediante a classificação e comparações levando-se a conclusões gerais, e ao descobrimento de leis. Assim, a indução é chamada a ocupar um lugar principal no primeiro conceito de espaço como objeto da Geografia, “a limitação de todos os procedimentos de análise à indução, posta como a única via de qualquer explicação científica” (MORAES, 1998, p. 22). Portanto, o espaço absoluto, é um conjunto de pontos que possui existência em si, sendo independente dos sujeitos ou de qualquer coisa (CORRÊIA, 2012, p. 18).

Para aprofundar o estruturalismo na Geografia, surge, na década de 1950, uma nova fase, fazendo a Geografia passar por uma grande mudança. Calcada no positivismo lógico, acontece a chamada “revolução teórico-quantitativa”, como apontam, Corrêia, (2012), Christofolletti, (1976) e Santos (1978). Uma Geografia que se queria aplicada, pelo planejamento, por um desenvolvimento de uma tecnologia geográfica, para ser um móvel utilitário, daí, portanto, a denominação de pragmática, (MORAES, 1998, p. 100).

Nesta fase, “O raciocínio hipotético-dedutivo foi em tese, consagrado como aqueles mais pertinente e a teoria foi erigida como culminância intelectual” (CORRÊIA, 2012, p. 20). Ainda, podemos dizer que, “essa escola se caracterizou pelo emprego maciço das técnicas matemático-estatísticas na Geografia” (CAMARGO, JUNIOR, ELESBÃO, I, 2006, p. 84). Por fim, destacamos, que essa modernização conservadora da Geografia promoveu uma atualização do discurso burguês, do nível do positivismo clássico para o neopositivismo (MORAES, 1998, p. 102).

O “pensamento geográfico pragmático e o tradicional possuem uma continuidade dada seu conteúdo de classe – instrumento prático e ideológico da burguesia” (MORAES, 1998 p. 101). A Geografia teórica e quantitativa ou Geografia Neopositivista começou a se formar logo após a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, através da matemática, e do quantitativismo buscou dar força “a descrição, a objetividade e a predileção” (CHRISTOFOLLETI; OLIVEIRA, 1971, p. 07), através dos Sistemas e Modelos que já estavam sendo usados; sendo este o movimento de construção de uma Nova Geografia.

Portanto, oferecendo, condições que garantam a manipulação do real para fins práticos, e a fim de conquistar este objetivo, necessariamente alguns elementos que compõem a realidade devem ser abstraídos no processo de construção do modelo, sendo somente assim possível se obter, de maneira plena, a realização dele. Tentamos concluir que no momento em que a filosofia estruturalista se afirmar como moda e abordagem recorrentes no mundo científico, utilizando-se protótipos mentais (sistemas e modelos), ela se ocupa em estruturar a sociedade moderna para conservar sua ordem, comporta-se desse modo como filosofia do status da burguesia, como mantenedora do equilíbrio e do conservadorismo do pensamento reacionário.

Além disso, e, portanto, de acordo com essas características e estas razões, podemos classificar a Geografia tradicional e clássica como condicionada e participante do estruturalismo. Entretanto, o que podemos observar, no tocante a bibliografia, e como é tratado o tema na Geografia, o estruturalismo e suas influências são matéria tratada de modo implícito, pois, não se verifica de outro modo essa ligação, entre a Geografia e estruturalismo.

Senão, vejamos as seguintes observações. Reunidas as bases do pensamento crítico de renovação, Quaini, (1979), Santos, (1978) e Lacoste (1985), que elaboram uma crítica profunda sobre a Geografia Tradicional, clássica, e, a Geografia Teórica

Quantitativa e pragmática, não encontramos em suas teses o enquadramento destas fases do pensamento geográfico como uma Geografia que se nutriu do Estruturalismo.

Se de dentro da Geografia esse processo não ocorreu, inversamente, do Estruturalismo para a Geografia, é exceção Dosse (2018), que no seu segundo volume do livro a História do Estruturalismo, inclui um capítulo, “A geografia, essa convidada de última hora”, portanto, encontramos em pouca, ou, em quase nada, a relação entre o estruturalismo e Geografia.

Deste modo, podemos indicar, que a Geografia tradicional e a pragmática, ou seja, a Geografia estruturalista, foi uma fase, que sujeitou-se na eliminação da história, abandonou os significados, e repousou seu entendimento na dissolução do sujeito. É nessa perspectiva, e sobre essas ideias, que repousam essa fase da Geografia. No entanto, as ciências sociais viram nisso, uma possibilidade de emancipação e de rompimento com a filosofia para lhe conferir um discurso moderno e científico. Porém, o estruturalismo não representa uma aquisição para a razão humana, assim sendo, reforça o agnosticismo, a miséria da razão, e um empobrecimento radical da vida e do pensamento humano.

Conclusão

Podemos dizer, portanto, que a Geografia na sua busca de afirmação enquanto ciência foi estruturalista. Em destaque, a Geografia tradicional e a Geografia teórica, foram reguladoras do capital, no entanto, podemos afirmar ainda, um outro período recente que, entretanto, não podemos nos esticar na discussão, ficando para outro momento, o estruturalismo na década de 1970, e, seus desdobramentos na miséria da razão.

Dessa maneira, a ciência geográfica em se afirmar enquanto uma Ciência, vai na direção da utilização de recursos da matematização, modelagens e teoria dos sistemas, para construir seu discurso de análise, sendo seu principal objetivo, reconhecer as estruturas empíricas e, diante disto, aperfeiçoá-las, a fim de obter um avanço melhor. Logo, uma Geografia do capital.

Portanto, não é de se estranhar que a Geografia estruturalista, positivista, clássica, se afastava da realização de uma análise crítica da lógica contraditória da sociedade, portanto, da lógica do capital, pois, podemos dizer que sob a filosofia da decadência, que animava o período, afastou a razão, o materialismo e o humanismo, como doutrina em seu arcabouço teórico e, que desse modo, isso era inevitável e indesejável.

Referências

- ARRUDA, S, A, A. **A relação do estruturalismo e da fenomenologia na Geografia**. Trabalho de conclusão de curso (Geografia)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. [Orientador: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/24787073/geografia-e-a-filosofia-estruturalista-formatado-final>.
- ANDRADE, M, C. **Geografia ciência da sociedade: Uma introdução à análise do pensamento Geográfico**. São Paulo, ed. Atlas, 1992.
- CAMARGO, J, C, G. ELESBÃO, I. **O Problema do Método nas Ciências Humanas: O Caso Da Geografia**. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004.
- CAMARGO, G, C J, & REIS J, C, F, D. **A filosofia (Neo) positivista e a Geografia Quantitativa**. IN: VITTE, C, A. **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2007, p. 83-101.
- CAPEL, H. **Filosofía y ciência em la Geografía contemporânea: una introducción a la Geografía**. Barcelona, Ediciones del Serbal, 2012.
- CORRÊA, L, R. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. IN: **Geografia: conceitos e temas**. Org. I, E, Castro, P, C, C, Gomes, e R, L, Corrêa. 15. Ed. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2012.
- COUTINHO, C, N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo: o campo do signo, 1945-1966-** volume I. São Paulo, Editora Unesp, 2018.
- FERRY, LUC E RENAUT. **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo**. São Paulo: Ensaio, 1985.
- HOBBSAWM, E. **A era do Capital, 1848/1875**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- JIPIASSU, H., MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- LACOSTE, Y. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, papiros, 1985.
- LUKÁCS, G. **Marxismo ou existencialismo?** São Paulo, ed. Senzala, 1967.
- LUKÁCS, G. **El assalto a lá razon**. Buenos Aires, ed. Grijalbo, 1983.
- LEPARGNEUR, H. **Introdução aos estruturalismos**. São Paulo, Herder, 1972.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MORAES, R, C, A. **Geografia: pequena história crítica**. 16. Ed. São Paulo, Hucitec, 1998.
- NETTO, J, P. Posfácio. In: COUTINHO, C, N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ºed, São Paulo: expressão popular, 2010, p. 233-286.
- NETTO, J, P. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa, ED, Seara nova, 1978.
- Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 14, v. 07, p. 28-50, mês dez. Ano 2019.*
- ISSN: 1984-1647**

NOGARE, P. D. **Humanismo e anti-humanismos**: uma introdução à antropologia filosófica. São Paulo, Herder, 1972.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo, Hucitec, 1978.

SCHAFF, A. **Marxismo e existencialismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

ZAIDAN, F. M. **A crise da razão histórica**. Campinas, Papirus, 1989.

Sobre o autor

William Fernando Camilo Queiroz

Formado em Geografia (2009), com especialização em História, Sociedade e Cultura, (2012), aperfeiçoamento em Movimentos Sociais Contemporâneos (2017) e em Educação de Métodos e Técnicas de Ensino (2018), atualmente é mestrando em Geografia (2019).

Como citar esse artigo

QUEIROZ, W. F. C. A decadência ideológica burguesa e suas nuances: reflexões e apontamentos da destruição e da miséria da razão na ciência geográfica. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, n. 14, v. 7, p. 28-50, 2019.

Recebido em: 2019-05-24

Devolvido para correções em: 2019-06-19

Aceito em: 2019-06-21